

Roberto Homem



Lisete Gadelha destaca os objetivos da campanha, da qual é supervisora

Senado apresenta teatro de bonecos para crianças sem lar

Cerca de 40 das 500 crianças à espera de adoção, beneficiadas pela campanha Brinca Comigo 2006, do governo cearense, assistiram domingo, na 7ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, à apresentação do espetáculo de mamulengo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião*

Sem Sorte, promovida pelo servidor Josias Wanzeller da Silva, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep). A juíza Lisete Gadelha, supervisora da campanha, informou que o tema deste ano, com o objetivo de conseguir um lar para as crianças, é “Dê uma nova luz à vida”.

Conselho abre processos contra três senadores

Começa o prazo de cinco sessões para a defesa por escrito. Colegiado se reúne no dia 5 para discutir procedimentos nas investigações

Um despacho do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto, nas representações da Mesa do Senado, deu início ontem, formalmente, aos processos contra os senadores Ney Suassuna, Serys Silhes-

sarenko e Magno Malta. No próximo dia 5, o conselho se reúne para discutir os procedimentos a serem adotados nas investigações. João Alberto anunciou alteração nos nomes dos relatores dos processos. Demostenes Torres, antes designado para

relatar as denúncias contra Serys Silhesarenko, cuidará agora das acusações contra Magno Malta. O processo de Serys será relatado por Paulo Octávio. O relator das denúncias contra Ney Suassuna continua sendo Jefferson Péres. **Página 3**



João Alberto defende a decisão do Conselho de Ética, que ainda terá de ser examinada pelo Plenário do Senado

A pirataria atingiu níveis inaceitáveis, afirmou o presidente da Comissão de Educação, Wellington Salgado, ao abrir ontem o 26º Seminário Nacional da Propriedade Industrial, no Hotel Blue Tree, em Brasília. Os debatedores apresentaram sugestões para o combate à pirataria. **Página 2**



Wellington Salgado (ao microfone): a pirataria atingiu níveis inaceitáveis

Paim quer manter aposentadoria especial para diretor

Uma ação direta de inconstitucionalidade impenetrada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contesta a extensão da aposentadoria especial de professor a diretor de escola, coordenador pedagógico e supervisor. O senador Paulo Paim espera que o Supremo Tribunal Federal mantenha o benefício instituído por lei. **Página 4**

Saturnino volta a comparar Lula a JK e Getúlio

Segundo o senador, Getúlio Vargas, JK e Lula conseguiram constituir “marcos na história republicana”, ao promover transformações estruturais no país. **Página 4**

Presidente da Comissão de Educação do Senado participa, no Hotel Blue Tree, em Brasília, de evento nacional sobre propriedade intelectual

Seminário gera propostas para combater a pirataria

O presidente da Comissão de Educação, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), participou ontem do 26º Seminário Nacional da Propriedade Intelectual. Na abertura de um dos painéis do evento, intitulado “Aperfeiçoamento da Legislação Brasileira no Combate à Pirataria e à Contrafação”, o parlamentar, ao fazer explanação sobre os trabalhos da comissão voltados para a questão dos direitos autorais, destacou a importância do assunto para o Senado.

– A pirataria atingiu níveis inaceitáveis. Nas fronteiras, vemos o uso de postos de fiscalização, nos



Wellington Salgado (terceiro à esquerda) coordena o primeiro painel do encontro

quais, a partir de determinadas horas, chegamos ao absurdo de ver caminhões parados esperando o momento para que possam

passar livremente com todo o conteúdo falsificado.

Debatedores ofereceram sugestões visando ao aperfeiçoamento

Genaldino Magalhães

das leis que combatem a pirataria. Manoel Antônio dos Santos, diretor jurídico da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), apresentou propostas de alterações na Lei do Software (Lei 9.609/98), como a elevação da pena mínima para dois anos quando a violação do direito autoral sobre *softwares* tiver fins comerciais.

Modernização aduaneira

O diretor regional da Philips argentina, Javier Lozada, defendeu, entre outras medidas, a adoção nas alfândegas nacionais de “listas brancas e negras” para a identificação de fornecedores

estrangeiros licenciados ou não; a adoção de documentos de licença de embarque e a necessidade de registro dos direitos de propriedade na aduana. Lozada criticou a falta de transparência nos dados das importações fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento.

O representante da Motion Picture Association (MPA), Márcio Gonçalves, revelou que em razão das práticas ilícitas como a de *camcording* – gravação ilegal de filmes nas salas de cinema durante as primeiras exibições – os prejuízos no setor alcançam US\$ 6,1 bilhões anualmente em todo o mundo.

Senado promove fórum sobre qualidade de vida

Acontece nesta semana o 2º Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, promovido pela Secretaria de Recursos Humanos do Senado e pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o qual também é vinculado ao Senado. O evento contará com palestras, painéis e mesas-redondas a serem realizados hoje e amanhã. As atividades ocorrem no auditório do Interlegis, em Brasília.

Durante a cerimônia de abertura, ocorrida ontem, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que “os debates e as trocas de experiências desse fórum representarão oportunidades para o aprimoramento ou a reformulação das políticas focadas no capital humano”. Já o diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia, ressaltou a importância de um plano de carreira consistente, além de benefícios como os planos de saúde, para a qualidade de vida dos servidores públicos.

– A retribuição salarial é o lastro para uma política de motivação, mas não é o único fator de motivação – declarou Agacieli.

Ao destacar a importância de conciliar o desempenho profissional com o projeto pessoal dos empregados, o diretor da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, João Carlos Zoghbi, lembrou que a Casa “aceitou o desafio do respeito à individualidade de seus servidores” ao reconhecer, no ano

passado, a união estável de uma funcionária com sua companheira, o que permitiu a esta última ser incluída no plano de saúde daquela servidora.

Também participaram da cerimônia de abertura o diretor-executivo do ILB, Florian Augusto Coutinho Madruga, e o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Eduardo Augusto Lopes.



Fórum reúne Eduardo Lopes (E), João Carlos Zoghbi, Agacieli Maia e Florian Madruga

Moniz Mariz

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão comemora Dia dos Corretores de Imóveis

A sessão de hoje está marcada para as 14h. Os senadores vão comemorar a passagem do Dia dos Corretores de Imóveis, a pedido do senador Paulo Octávio (PFL-DF). Não haverá votação de projetos, e sim debates de parlamentares e encaminhamento de comunicados.

Treinamento para consultores legislativos

Prossegue hoje, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o curso de formação básica e atualização para consultores legislativos, tanto para os que foram admitidos recentemente mediante concurso público quanto para os que já se encontravam em atividade no Senado. A programação do treinamento está estruturada em módulos de ensino, que abordarão diversos tópicos, como Processo e Técnica Legislativos, Redação Parlamentar e Legislativa e Técnicas de Revisão e assuntos institucionais básicos.

Crianças no museu

Às 15h, está prevista reunião da Comissão de Educação (CE). O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) e o presidente da SulAmérica Capitalização, Patrick Lucas, apresentam o livro *Descobrimos a arte no conglomerado SulAmérica*.

Qualidade de vida

No auditório do Interlegis, está sendo realizado o 2º Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, que busca promover a integração e a troca de experiências sobre satisfação no ambiente de trabalho, entre outros objetivos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador João Alberto Souza

Azeredo propõe facilitar crédito para promoção de acessibilidade

Para facilitar a implantação da acessibilidade e a aquisição de equipamentos que permitam melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou projeto de lei criando linhas de crédito especiais, com taxas mais baixas, que não podem exceder o rendimento anual da caderneta de poupança.

Pelo projeto (PLS 123/06), essas linhas de crédito estarão abertas a pessoas jurídicas para promover a acessibilidade a locais públicos e facilitar a utilização de meios de transporte pelos deficientes, mas também aos próprios portadores de deficiência, para aquisição de produtos e serviços que ampliem seu conforto ou capacidade produtiva, tais como cadeiras de rodas motorizadas, aparelhos auditivos e computadores especiais.

Visando estimular o interesse das instituições financeiras por essas linhas de crédito, o projeto propõe a isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários



Rosenvelt Pinheiro

Projeto de Azeredo visa ainda oferecer taxas mais baixas para pessoas com deficiência

(IOF) para esses financiamentos e a possibilidade de redução de suas despesas com o Imposto de Renda, com base na diferença entre o que cobrariam nesses empréstimos e a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) básica.

O valor do financiamento para cada tomador será limitado a 20 salários mínimos, independentemente do custo do bem ou serviço a ser adquirido. O prazo de amortização não poderá ser superior a 36 meses. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos e tem como relator Fernando Bezerra (PTB-RN).

Rádio Senado faz programação especial para homenagear a China

Para marcar a visita que o presidente da Assembléia Nacional Popular da China, Wu Bangguo, fará na quarta-feira ao Congresso, a Rádio Senado preparou uma programação especial sobre aquele país. O ponto alto será a cobertura ao vivo dos encontros de Wu Bangguo com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, a partir das 10h.

Ontem, o programa *Conexão Senado* apresentou uma entrevista com o embaixador da China no Brasil, Chen Duqing, comentada por senadores que integram a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O áudio do programa pode ser acessado pela internet: www.senado.gov.br/radio.

br/radio.

Na quarta-feira, às 9h, vai ao ar o *Senado Repórter* especial *China em Revista*, trazendo informações sobre a história, a cultura e a economia do país e seu relacionamento com o Brasil. O programa será reprisado na sexta-feira, às 20h, no sábado, às 10h e às 19h, e no domingo, às 17h.

Parte da programação é resultado da viagem que o jornalista Luís Carlos Fonteles, da Rádio Senado, fez à China, em julho, a convite do Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país. A Rádio Senado pode ser sintonizada na FM 91,7 MHz (DF), ou na OC 5.990 KHz (regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), faixa de 49m.

Relatoria do processo contra Serys está a cargo de Paulo Octávio, e Demostenes assumiu investigações sobre Malta. Jefferson Péres continua responsável pela análise sobre Suassuna

Processos contra senadores são abertos formalmente

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), assinou ontem as representações enviadas ao colegiado pela Presidência do Senado na última quinta-feira. Com isso, iniciam-se formalmente os processos disciplinares contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Shessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES), e começa o prazo para que os três defendam-se das acusações de participação na chamada máfia das ambulâncias.

– A partir de hoje, os senadores têm o prazo regimental de cinco sessões para apresentar nova defesa escrita – afirmou João Alberto, que já mostrava, em mãos, a defesa de Serys.

Também ontem, o presidente do Conselho de Ética designou os relatores dos processos. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) será o relator do processo disciplinar contra Serys. Jefferson Péres (PDT-AM) continua à frente das investigações contra Suassuna. Já Demostenes Torres (PFL-GO), que, a princípio, relataria o processo contra Serys, foi convencido a assumir as investigações contra Magno Malta.

– Paulo Octávio disse que não se sentia à vontade para relatar o processo contra Magno Malta porque há uma forte relação de amizade entre eles. E Demostenes não fez qualquer oposição à troca – justificou João Alberto.

O presidente do Conselho de Ética, que está em campanha



João Alberto assina representações enviadas pela Mesa

política no Maranhão, afirmou que fica em Brasília até conversar pessoalmente com cada um dos relatores, de quem, segundo ele, dependem as investigações daqui em diante. Caso não haja dificuldades maiores, é possível, na opinião do senador, concluir os trabalhos do conselho entre os dias 20 e 24 de setembro para que o Plenário possa votar os relatórios antes das eleições.

– A partir de agora, esse prazo depende unicamente dos relatores. Mas eles terão todo o meu apoio, inclusive para realizar reuniões aos sábados ou feriados, para dar uma resposta rápida e convincente à sociedade, porque é preciso extirpar do nosso meio os maus políticos – destacou.

Quanto ao prazo para que os senadores investigados possam renunciar a seus mandatos para não perderem os direitos políticos, João Alberto preferiu não se pronunciar, deixando as interpretações para a Justiça ou mesmo para a Mesa do Senado, caso haja alguma controvérsia.

– Prefiro não entrar nessa seara, mesmo porque há várias versões para esse prazo. De qualquer forma, até este momento nenhum

dos três senadores mencionou a possibilidade de renúncia.

Atraso

Na opinião de João Alberto, a decisão de Demostenes – aceita pelos demais relatores – de mandar as denúncias de volta para a Mesa, a fim de que os processos fossem reenviados em forma de representação

para abertura de processo disciplinar, surtiu o efeito contrário, ou seja, em vez de apressar as investigações, vai atrasá-las.

– Vamos ter que notificar novamente os senadores e abrir novo prazo para defesa, enquanto poderíamos já estar no meio das investigações – criticou o presidente do conselho.

Questionado sobre se os processos não atrasariam em um mês caso continuassem tramitando em forma de denúncia, já que, regimentalmente, depois de concluídos e votados pela Mesa, teriam que ser novamente enviados ao conselho, dessa vez em forma de representação, João Alberto foi claro.

– Bastava a Mesa votar os pareceres das denúncias e, ao enviar novamente para o conselho, eu concluir que a representação já havia sido atendida para que os processos disciplinares fossem concluídos, sem a necessidade de novas investigações – argumentou.

No próximo dia 5, o Conselho de Ética reúne-se para decidir os procedimentos que serão adotados pelos relatores na condução das investigações.



Moreira Mariz

Zambiasi: alternância no poder é democrática e deve ser tranquila

Zambiasi sugere criação de equipe de transição para novos governos

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propôs a instituição de equipes de transição destinadas a auxiliar o presidente da República, os governadores e os prefeitos eleitos. Proposta de emenda à Constituição de sua autoria (PEC 60/04), estabelecendo essa mudança, aguarda deliberação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em defesa da iniciativa, o senador citou os “constrangimentos a que muitos prefeitos eleitos em 2004 foram submetidos pelas administrações que deixavam o poder”. Zambiasi afirma que o tema foi regulamentado no âmbito da Presidência da República (Lei 10.609/02), mas precisa ser estendido às outras esferas do poder público, em nome das re-

gras da civilização e do respeito à democracia.

A proposta prevê que leis da União, estados, Distrito Federal e municípios regulamentarão a criação dessa equipe de transição. A PEC também dispõe que os membros da equipe de transição terão acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do

governo, ficando os titulares dos órgãos públicos obrigados a fornecer as informações solicitadas.

Zambiasi diz que seu intento é aperfeiçoar os instrumentos de exercício da democracia.

– Permitir uma transição tranquila é obrigação dos governos, independentemente dos partidos políticos neles representados.

Senador destaca o projeto de nação de Vargas, a interiorização do desenvolvimento de Juscelino e a distribuição de renda, com justiça social e econômica, no atual governo

Saturnino: “Getúlio, JK e Lula fizeram mudanças estruturais”

Ao discursar ontem em Plenário, Roberto Saturnino (PT-RJ) voltou a comparar os governos de Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação do senador, esses três governantes conseguiram constituir “marcos na história republicana do Brasil”, ao introduzirem o que chamou de transformações estruturais na sociedade brasileira.

No caso de Vargas, Saturnino citou a construção de um projeto de nação. O parlamentar observou que, antes da Revolução de 30 levar Getúlio ao poder, a sociedade brasileira da República Velha era



Roosevelt Pinheiro

Para Saturnino, o país vive hoje “uma justiça estrutural” única em sua história

marcada pela predominância de oligarquias.

– O Brasil foi outro depois de Getúlio Vargas – resumiu.

O segundo “grande projeto

transformador” teria sido o de JK, opinou, por ter tido uma “visão do alargamento da fronteira do país” e por promover a integração do território nacional.

– O país conheceu uma nova etapa depois da construção de Brasília e da abertura da fronteira oeste – lembrou.

Para Saturnino, o trabalho do governo Lula em prol de uma transformação da estrutura da sociedade envolve a distribuição de renda, a integração das zonas pobres e a “realização da justiça social e econômica”.

– É uma justiça estrutural que nunca ocorreu, que nunca esteve presente no Brasil – disse.

Paim quer aposentadoria especial para diretor e coordenador de escola

O senador Paulo Paim (PT-RS) se disse preocupado com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra a Lei 11.301/06. O procurador-geral considera inconstitucional a extensão – a diretores de escola, coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino – da aposentadoria especial dos professores, prevista nessa lei.

– A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação vai lutar para que essa ação seja julgada pelo Supremo Tribunal

Federal de forma a reconhecer o direito à aposentadoria especial para diretores, servidores e especialistas em educação – adiantou.

A importância do ensino profissional na ampliação das oportunidades de trabalho dos jovens também foi ressaltada pelo senador e endossada, em aparte, por Roberto Saturnino (PT-RJ) e Marco Maciel (PFL-PE). Ao tratar do assunto, Paim aproveitou para destacar o centenário da Escola Técnica Estadual Parobé, no Rio Grande do Sul.

Para atrair mais recursos para



Roosevelt Pinheiro

Ação de inconstitucionalidade contra lei que assegura o direito preocupa Paim

o setor, Paim apresentou o PLS 274/03 e a PEC 24/05, que tratam do Fundo de Desenvolvimento e Qualificação do Trabalhador (Fundep). As duas matérias deverão ser debatidas em audiência pública no Senado no próximo dia 5.

Pesar pela morte de dom Luciano Mendes de Almeida

Marco Maciel (PFL-PE) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte de dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana (MG), morto no domingo, em São Paulo.

O parlamentar apresentou condolências aos irmãos do arcebispo, Luís Fernando, Antônio Luís, Cândido e Maria da Glória Mendes de Almeida, bem como à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à Nunciatura Apostólica e à Ar-



Roosevelt Pinheiro

Marco Maciel lembra luta do arcebispo de Mariana em favor dos excluídos

quidiocese de Mariana. Também foram transmitidas ao Vaticano, por meio do núncio apostólico no Brasil, dom Lourenço Valdisseri.

Maciel ressaltou o apostolado de dom Luciano – que iniciou a vida religiosa em 1947 – em favor dos pobres e dos excluídos.

Como bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, criou a Pastoral dos Menores, causa a que se dedicaria por toda a vida. Lembrou ainda que, como presidente da CNBB, dom Luciano lutou pela reforma agrária, em defesa dos direitos sociais e dos índios e pela renovação da Igreja depois do Concílio Vaticano II.

Acompanharam o voto de pesar de Maciel os senadores João Alberto Souza (PMDB-MA), que presidia os trabalhos, e Paulo Paim (PT-RS), que destacou as últimas palavras do religioso – “lembrem sempre de nossos pobres” –, acrescentando que suas idéias permanecerão.

Plenário pode decidir sobre limite de endividamento da Transpetro

O último esforço concentrado de votações antes das eleições, a ser realizado na próxima semana, abre nova oportunidade para exame, em Plenário, de projeto de resolução do Senado que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar temporariamente, em até R\$ 5,6 bilhões, seu limite de endividamento. A oposição, que já negou apoio à proposta na primeira fase de esforço concentrado, questiona a capacidade da empresa em contrair dívida nesse patamar.

O objetivo da matéria (PRS 49/06) é dar suporte legal para que a Transpetro levante empréstimo junto ao Fundo de Marinha Mercante (FMM) para executar programa de modernização e expansão de sua frota de navios. Em defesa do projeto, os líderes governistas argumentam que as encomendas – além de reformas, devem ser comprados 42 navios novos – serão dirigidas a estaleiros que operam no país, possibilitando a recuperação da indústria naval e a geração de aproximada-

mente 20 mil empregos.

Com origem em mensagem presidencial, a matéria foi aprovada, no início deste mês, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com pedido de urgência para análise em Plenário. No entanto, o texto recebeu críticas pelo reduzido prazo para tramitação no Senado. Para ampliar o tempo de exame, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentou requerimento à Mesa, dirigido ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, solicitando mais informações sobre a capacidade de endividamento da empresa. Sem esses dados, afirma Heráclito, fica impossível deliberar sobre a proposição.

Se o requerimento for acatado pela Mesa e acolhido em Plenário, o ministro deverá fornecer as informações solicitadas em até 30 dias. Enquanto isso, a votação da proposta ficaria interrompida. Se, entretanto, a matéria for a exame do Plenário na próxima semana, a aprovação final do projeto poderá depender de acordo entre os líderes.

Aberta na Senado Galeria a mostra de fotografias *Animais em Foco*

A exposição fotográfica *Animais em Foco*, que retrata aspectos da convivência entre homens e animais ao redor do mundo, foi aberta ontem na Senado Galeria, localizada no andar térreo do Anexo I do Senado Federal. A mostra, que é uma parceria entre a Casa e a Sociedade Mundial de Proteção Animal (*World Society for the Protection of Animals* – WSPA), poderá ser vista até 14 de setembro, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

Segundo o gerente de Comunicação e Campanha da WSPA, Antônio Augusto Silva, o evento busca a conscientização para um tratamento mais digno dos animais. A

entidade também espera colher 10 milhões de assinaturas em todo o mundo para que a Organização das Nações Unidas (ONU) vote, ainda em 2007, a Declaração Universal sobre Bem-Estar Animal. Quem for à exposição poderá assinar o documento e assistir a um vídeo institucional.

Criada há 25 anos, a WSPA reúne 650 afiliadas (60 delas no Brasil) e promove ações que procuram elevar a conscientização sobre o bem-estar animal em 142 países. Com sede na Inglaterra, a sociedade conta com *status* de órgão consultivo da ONU e possui escritório no Rio de Janeiro desde 2004.



Célio Azevedo

Exposição, que alerta para maus-tratos a animais, pode ser visitada até 14 de setembro